

Educação ambiental e Controle Social na gestão pública: Estratégias Educativas para a Democratização do Orçamento Público em São João da Barra e Campos dos Goytacazes

Sandra Rangel de Souza Miscali

Flavia Pontes Rabello

Jhones da Silva Lima

Resumo Simples

A proposta apresenta uma experiência de educação ambiental crítica desenvolvida no município de São João da Barra (RJ) e Campos dos Goytacazes (RJ), a partir do projeto Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC), voltado à formação cidadã e ao letramento orçamentário de comunidades locais. As atividades educativas foram inspiradas em uma abordagem freireana e buscaram traduzir conceitos técnicos do orçamento público em linguagem acessível, promovendo a compreensão dos instrumentos de planejamento e a participação popular qualificada. Os resultados apontam para o fortalecimento da atuação cidadã em conselhos e audiências públicas, além da formulação de propostas orçamentárias em áreas como saneamento, mobilidade e meio ambiente. A iniciativa evidenciou que, ao articular saberes populares e conhecimento técnico, é possível democratizar o acesso aos espaços de deliberação e incidir sobre as políticas públicas locais. A experiência reafirma a importância de práticas educativas críticas e territorializadas como estratégia de inovação democrática. O projeto NEA-BC é uma medida de mitigação condicionante do licenciamento ambiental de petróleo e gás da Petrobras, conduzido pelo Ibama, e é executado pela Associação Raízes por meio de um convênio com a Petrobras.

Resumo Expandido

Este trabalho apresenta a experiência do projeto Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC), que atua nos municípios de São João da Barra e Campos dos Goytacazes (RJ) com foco na educação ambiental crítica (QUINTAS, 2009) e no fortalecimento da participação social por meio do letramento orçamentário. A proposta metodológica do projeto é ancorada nos princípios da educação popular freireana (FREIRE, 1987), promovendo atividades formativas como oficinas, grupos de estudo e reuniões com o poder público. A metodologia utilizada segue uma abordagem qualitativa e participativa, baseada na pesquisa-ação, com diagnóstico comunitário, formação crítica e intervenção cidadã.

O objetivo deste trabalho é analisar a experiência do projeto NEA-BC nos municípios de São João da Barra e Campos dos Goytacazes, destacando suas estratégias educativas voltadas ao letramento orçamentário e à promoção do controle social como práticas de inovação democrática.

O projeto NEA-BC é uma medida de mitigação condicionante do licenciamento ambiental de empreendimentos de petróleo e gás da Petrobras, conduzido pelo Ibama, e executado pela Associação Raízes por meio de um convênio com a Petrobras. A atuação do projeto em São João da Barra e em Campos dos Goytacazes é estratégica devido aos contrastes do território, que, embora receba altos repasses de royalties, enfrenta grandes desigualdades e fragilidade na efetividade das políticas públicas.

A metodologia adotada neste trabalho é qualitativa, fundamentada na pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011), com foco na escuta, diálogo e sistematização de saberes populares. O levantamento de dados foi feito por meio de observação participante, registro das propostas elaboradas pelas comunidades, atas de reuniões e sistematização de falas dos participantes. A análise dos resultados considerou a quantidade e natureza das propostas formuladas, sua aprovação e execução, além da percepção de lideranças e participantes quanto ao fortalecimento do controle social.

Tanto em São João da Barra quanto em Campos dos Goytacazes (RJ), o projeto NEA-BC desenvolve as formações comunitárias (ASSOCIAÇÃO RAÍZES, 2017) a fim de ampliar o alcance territorial das estratégias pedagógicas. Nesse contexto, as cidades apresentam desafios semelhantes, como alta arrecadação proveniente de royalties e disparidades nos indicadores sociais (MISCALI, 2021). A atuação educativa busca fomentar o controle social e qualificar a intervenção das comunidades nos instrumentos

de planejamento e orçamento público, fortalecendo redes de participação e articulação popular, como forma de mitigar os impactos da indústria de petróleo e gás e buscar justiça ambiental (ACSELRAD, 2004).

Os resultados indicam avanços na apropriação de conceitos relacionados ao orçamento público, maior engajamento em conselhos e audiências. Em São João da Barra os participantes formularam 153 propostas comunitárias, das quais 125 foram aprovadas e uma executada. A tradução dos instrumentos técnicos do orçamento para uma linguagem acessível, aliada à valorização dos saberes locais, potencializou a incidência política das comunidades envolvidas. Destacam-se propostas voltadas ao saneamento, reflorestamento, coleta seletiva, entre outras.

Foram elaboradas 91 propostas formais pela comunidade de Campos dos Goytacazes, encaminhadas à Câmara Municipal. Das propostas apresentadas, 7 foram aprovadas e nenhuma executada até o momento. Os resultados evidenciam o potencial formativo da ação educativa, mesmo diante de barreiras institucionais, e reforçam a importância do fortalecimento do controle social como estratégia para a democratização da gestão pública local.

A territorialização das ações educativas foi fundamental para fortalecer a cidadania ativa e o controle social. As atividades pedagógicas permitiram o cruzamento entre experiências locais e conhecimento técnico, promovendo um processo formativo dialógico e transformador. Foram utilizadas rodas de conversa, oficinas, seminários e dinâmicas participativas, sempre ancoradas nos princípios da educação popular crítica.

Conclui-se que práticas educativas críticas contribuem para fortalecer a cidadania e democratizar decisões públicas, sobretudo em contextos marcados por desigualdades. A experiência em São João da Barra e Campos dos Goytacazes mostra avanços no letramento orçamentário e na formulação de propostas comunitárias, mas também expõe a limitação institucional na efetivação dessas demandas, afinal “A participação só se converte em inovação democrática real quando articulada à escuta institucional e à disposição do Estado de agir com base nas demandas populares” (FUNG & WRIGHT, 2003). Iniciativas como a do NEA-BC revelam o potencial da educação como ferramenta de inovação democrática, desde que acompanhadas de compromisso político com sua implementação.

Referências

ASSOCIAÇÃO RAÍZES. *Projeto Político Pedagógico*. Campos dos Goytacazes, RJ: Associação Raízes, 2017.

ACSELRAD, H. *Justiça ambiental: reflexões teóricas e críticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNG, A.; WRIGHT, E. O. *Deepening democracy: institutional innovations in empowered participatory governance*. London: Verso, 2003.

MISCALI, S. R. S. *Juventudes em cena: diálogos sobre educação ambiental e participação juvenil na Bacia de Campos*. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.

QUINTAS, V. Educação ambiental: uma via para a construção da cidadania. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). *Cidadania e meio ambiente*. São Paulo: Cortez, 2009.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2011.